

Subject: Acesso a informação

From: Claudio Weber Abramo <crwa@transparencia.org.br>

Date: Fri, 24 Feb 2006 10:32:32 -0300

To: andrea.franca@cgu.gov.br

Prezada Andrea:

Gostaria de pedir dois obséquios.

1. Comunicar ao sr. Jorge Hage a solicitação de urgência com respeito ao assunto da proposta legislativa para regulamentar o acesso a informação. Idealmente, faria sentido que a proposta estivesse finalizada para a reunião da Plenária do Conselho de Transparência do mês que vem. O pedido de urgência tem por fundamento o fato de que o estágio de elaboração da proposta representa apenas o pontapé inicial de um processo longo e certamente cheio de dificuldades, envolvendo o convencimento da Presidência, da Casa Civil, do Planejamento e outras instâncias, tanto internas quanto externas, incluindo-se os presidentes das Casas legislativas, de bancadas etc. etc., nunca se esquecendo de protagonistas importantes como a ABI, a Abraji etc. O tema é de natureza tal que provocará resistências por todo lado, palpites diversos, tentativas de contrabandear a neutralização de dispositivos cruciais e assim por diante, de forma que o tempo trabalha contra nós.

Gostaria ainda de sugerir que, uma vez que o projeto passe pelo Conselho de Transparência, a CGU (ou talvez o próprio Conselho) convocasse um míni-seminário sobre o tema, com participações diversas, para dar a partida no processo de disseminação da proposta.

2. Passar ao Renato o seguinte (não tenho o e-mail dele):

a. Gostaria de reiterar a conveniência de se introduzir tanto na exposição de motivos quanto no corpo da proposta a menção ao art. 37 da Constituição, no que tange o dever de publicidade, de forma a frisar que não estamos falando apenas do direito de petição do cidadão, mas também do dever do Estado de informar.

b. Ocorreu-me (e por favor não se tome como tentativa de ensinar o padre-nosso ao vigário) que, como a peça regulamenta dispositivos constitucionais, o fato deveria estar assinalado. O processo legislativo é mais complicado para esse tipo de dispositivo, de forma que talvez fosse conveniente já tomar a coisa na máxima abrangência possível.

c. Tomo a liberdade de indicar a leitura do artigo encontrado no link <http://www.revista.fundap.sp.gov.br/revista2/paginas/comentario.htm>, que focaliza aspectos relacionados à dependência entre fluxos eficientes de informação e aumento da eficiência do Estado.

d. Reitero a conveniência de se pensar na inclusão, na proposta, da criação de um organismo centralizado que recebesse reclamações quanto ao não-cumprimento das disposições da lei (uma agência ou o que seja). Enxuta, com funções bem claras e o poder de cobrar dos órgãos seja o que for que tenham de fazer, incluindo-se não só o tema das requisições mas também o dos bancos de dados, tratado abaixo

e. Foi-me solicitado que se alivinhassem tópicos relativos a bancos de dados etc. Aí vão:

- Todo repositório de documentos de domínio público, como registros em cartórios de imóveis e outros, registros de empresas em Juntas Comerciais, atas e demais documentos relativos à atividade legislativa (como despesas de gabinete) e executiva (idem), os valores de repasses da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, deve ser disponibilizado na Internet para consulta livre, sem exigências de espécie alguma quanto a cadastramento, identificação etc. [Observo que não é conveniente condicionar a divulgação à existência de modelos de apresentação dos dados, pois isso será usado para procrastinar.]
- Os organismos públicos voltados para a divulgação de editais de licitação devem disponibilizar acesso permanente, sempre sem necessidade de cadastramento ou identificação, de tal forma a permitir buscas de quais tipos, em especial quanto ao objeto. Isto tem por motivação o fato de que, demasiadas vezes, mesmo que os editais sejam disponibilizados na Internet, não se consegue buscar todos os editais relativos a um certo tipo de objeto, ou que digam respeito a certa localidade ou região etc. Isso só pode ser intencional, para manter os muitos cartéis que há por aí.
- Idem quanto aos resultados de licitações, pregões etc.
- para que o projeto não passasse a tratar de casos particulares (como licitações), seria interessante incluir uma exigência geral quanto à possibilidade de buscas de qualquer natureza nos bancos de dados.
- Acesso completo aos bancos de dados detidos pelo Estado ou em nome deste deve ser franqueado nos sítios de Internet dos organismos públicos e dos que agem em nome do Estado para carga (download). [Observe-se que os detentores dessas informações levantarão todo tipo de obstáculo, a começar de dificuldades técnicas. Será cascata. Não há dificuldade técnica de espécie alguma nisso.]
- Os órgãos da administração federal direta e indireta deverão disponibilizar os dados numéricos que digam respeito à formulação de suas políticas e dos programas e ações, as metas e indicadores propostos para tudo isso e os dados relativos ao acompanhamento de seus programas e ações, idealmente mensalmente ou bimestralmente, insistindo-se na manutenção permanente de séries temporais (para evitar que a divulgação de dados relativos a um mês oblitere os dados do mês anterior). Esta medida teria como finalidade principal obrigar os órgãos públicos a aperfeiçoarem a racionalidade de seus processos decisórios e de acompanhamento.

Por enquanto, é o que ocorre. Se algo mais surgir na mente, comunicarei.

Abs,

Claudio